
COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PRODEMGE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em Reais, exceto outro modo indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge, criada pela Lei Estadual nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, é uma sociedade de economia mista com sede na cidade de Belo Horizonte, MG. Suas atividades compreendem a execução dos serviços de tecnologia da informação para órgãos e entidades da administração pública e iniciativa privada, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais, acionista majoritário, e seu compromisso é a modernização do setor público. Em sintonia com os programas de Governo, a Prodemge tem como foco a racionalização da máquina pública, objetivando a prestação de serviços à sociedade sempre de forma ágil e com qualidade.

A Administração se mantém empenhada em aperfeiçoar todos os processos e controles internos, assegurando uma gestão atuante e transparente, com vistas a solucionar eventuais inconsistências remanescentes de exercícios anteriores, através de medidas corretivas, como a otimização do relacionamento com os clientes e a adequação dos preços, além do gerenciamento eficaz dos gastos, bem como das aquisições e contratos.

A Companhia, apesar dos prejuízos operacionais apresentados no decorrer dos últimos 6 anos, vem ampliando suas receitas, com prestação de serviços de excelência em maiores quantitativos, além de aplicação de novas tecnologias, possibilitando o crescimento da Empresa, além de contribuir de forma eficaz e eficiente para que o Estado de Minas Gerais execute suas políticas públicas.

A Prodemge vem se preparando e ao mesmo tempo assumindo novas atribuições para se consolidar como Companhia responsável pela política de tecnologia da informação e comunicação do Estado, e obviamente isso requer vontade política de sua Administração e da Administração do próprio Estado. A empresa tem feito isso de forma conjunta e colaborativa, inclusive com os investimentos do Estado, como o aporte de capital, tendo concretizado a disponibilização de R\$20.000.000 (vinte milhões de reais). Vide nota explicativa 25.a.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Estas demonstrações foram aprovadas pela Diretoria em 18 de janeiro de 2019.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CFC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 23 - Mensuração de obrigações de benefícios definidos
- Nota 24 – Processos trabalhistas

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

- a) Caixa e equivalente de caixa compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores são registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço, e não excedem o respectivo valor de mercado.
- b) O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/instalações, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 14, e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor residual do imobilizado e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado.
- c) O Intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando-se em conta uma vida útil estimada de 05 anos. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

- d) Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de impairment ao final de cada exercício contábil. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo esse o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).
- e) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado.
- f) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado apurado do exercício pelo regime de competência.
- g) O reconhecimento dos processos trabalhistas é constituído com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, por valores julgados pelos administradores e assessores jurídicos internos como suficientes para a sua cobertura.
- h) Os demais ativos e passivos encontram-se devidamente contabilizados no circulante e não circulante, pelos seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço.
- i) A Companhia possui benefícios pós-emprego caracterizados com planos de complementação de aposentadoria, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a NBCTG 33 (R2) – Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:
- Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade patrocinada. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
 - Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço.
 - A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Companhia, através do método da unidade de crédito projetada. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

3.1 MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

- **CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes**

A empresa adotou o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018, com efeito de adoção inicial das normas reconhecidas na data da aplicação inicial, aplicando o IFRS 15 de acordo com o método retrospectivo com efeito cumulativo de transição.

Os detalhes dessa nova política e a natureza da mudança nas políticas contábeis anteriores em relação aos serviços prestados estão descritos abaixo. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle do serviço.

A receita é reconhecida de acordo com esse princípio, aplicando-se um modelo de 5 passos:

- Passo 1: Identificar os contratos com o cliente;
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- Passo 3: Determinar o preço da transação;
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

O impacto em relação à aplicação da nova norma está relacionado à contabilização dos custos sobre a prestação de serviço de desenvolvimento de software.

• CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A norma classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A norma eliminou as categorias propostas pelo IAS 39 (CPC 38) de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Para os passivos financeiros, o CPC 48 / IFRS 9 mantém grande parte dos requerimentos da IAS 39 (CPC 38) para as suas classificações. Contudo, de acordo com a IAS 39 (CPC 38), todas as variações de valor justo dos passivos são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em outros resultados abrangentes;
- O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

Não houve qualquer impacto esperado na classificação de ativos e passivos financeiros de acordo com os requerimentos do CPC 48.

Além disso, não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2018	2017
Caixa e bancos	32.955	65
Aplicações Financeiras		
. Certificados de Depósitos Bancários - CDB's	4.407.190	25.955.902
. Fundos de Investimentos	107.507	9.455.032
Total	4.547.652	35.410.999

O Caixa e Equivalente de Caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Os certificados de depósitos bancários - CDB's Flex Empresarial, da Caixa Econômica Federal, são classificados como disponibilidades por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, assim como os Fundos de Investimentos.

Devido ao grande volume de valores em atraso do Contas a Receber (nota explicativa 05), reflexo da situação econômico-financeira do Governo do Estado de Minas Gerais, durante o exercício de 2018 ocorreram resgates das aplicações financeiras para cumprimento de obrigações (tributos, encargos de folha

de pagamento e fornecedores), o que resultou em uma redução na ordem de 87% no disponível da Companhia.

5. CONTAS A RECEBER

	2018	2017
Estado de Minas Gerais:		
Administração Direta	139.383.381	93.403.771
Administração Indireta	9.081.423	7.647.742
Outros	281.039	299.967
Total Estado	148.745.843	101.351.480
Extra Estado		
Prefeituras	1.911.316	1.218.967
Iniciativa Privada	117.162	13.977
Total Extra Estado	2.028.478	1.232.944
Total	150.774.321	102.584.424

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía créditos vencidos e a vencer no montante de R\$150.774.321 sendo que para o ano de 2017 o montante era de R\$102.584.424, referentes a serviços prestados substancialmente a órgãos e entidades da administração pública do Estado de Minas Gerais.

Não é prática da Companhia constituir provisão para fazer face a eventuais perdas com tais créditos, haja vista serem esses clientes uma extensão do seu acionista controlador, o Governo do Estado de Minas Gerais.

Em 31/12/2018 a segregação da composição do Contas a Receber, conforme prazo de realização, está demonstrada abaixo:

	2018
A vencer	11.697.082
Até 30 dias:	17.379.798
De 31 até 60 dias:	9.885.062
De 61 até 90 dias:	21.657.067
De 91 até 120 dias:	2.339.998
Acima de 120 dias:	87.815.314
Total	150.774.321

6. SERVIÇOS REALIZADOS A FATURAR

Os serviços prestados e entregues aos clientes durante o exercício de 2018 que não foram faturados estão contabilizados a título de Serviços Realizados a Faturar, totalizando R\$42.841.323 em 2018 e R\$52.080.514 em 2017. Desse montante registrado, temos a seguinte composição:

	2018	2017
Prestação de serviço sem cobertura contratual	21.862.354	33.102.335
Prestação de serviço mês dez faturado em jan	20.978.969	18.978.179
Total	42.841.323	52.080.514

A redução em cerca de 34% na prestação de serviços sem cobertura contratual é resultado de um esforço da Companhia em regularizar os contratos com a Administração Pública Estadual.

7. PARTES RELACIONADAS

No ano de 2018, a Companhia aprovou a Política de Transações com Partes Relacionadas com o objetivo de estabelecer regras e procedimentos a serem observados quando da ocorrência de Transações entre Partes Relacionadas, assegurando transparência e equidade nas transações e garantir a aderência aos preceitos legais e às melhores práticas de governança corporativa.

A Companhia tem como controlador o Estado de Minas Gerais e as transações entre a Prodemge e suas partes relacionadas abrangem as operações de valores a receber decorrente de serviços prestados aos órgãos da Administração Direta e Indireta e valores a pagar do condomínio referente à utilização da Cidade Administrativa à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e prestação de serviço da Minas Gerais Participações S.A - MGS, conforme contrato firmado entre as partes.

	2018	2017
Ativo		
. Administração Direta (Cliente)	139.383.381	93.403.771
. Administração Indireta (Cliente)	9.081.423	7.647.742
Passivo		
. SEPLAG - Fornecedor	8.098.994	3.756.677
. MGS - Fornecedor	10.389.318	3.783.810

Operações com Administradores

Os administradores são compostos pelos membros do conselho de administração e diretores, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. A remuneração dos administradores da Companhia compreende honorários e benefícios (plano de previdência, plano assistencial, vale alimentação, seguro de vida).

8. ESTOQUE

Com o início das atividades de impressão, o volume de produtos registrados em estoque tornou-se mais expressivo, ocasionando fechamento anual conforme demonstrado:

	2018	2017
Itens p/ Serviço de TI	484.799	609.815
Itens p/ Serviços gráficos	1.101.901	1.037.660
TOTAL	1.586.700	1.647.475

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia possui registrado em Impostos a Recuperar valores referente a Imposto de Renda e Contribuição Social pagos por estimativa no ano de 2018 (IRPJ/CSLL), cujo saldo será compensado com contribuições ou tributos administrados pela Receita Federal.

Apresenta saldo de tributos retidos sobre notas fiscais de prestação de serviços (IRRF, CSLL, Pis, Cofins) além do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as aplicações financeiras.

	2018	2017
Impostos retidos a compensar	1.258.152	2.395.682
Impostos pagos por estimativa	764.769	182.620
Total Impostos a Recuperar	2.022.921	2.578.302

10. CRÉDITOS PIS/COFINS

A Companhia utiliza os créditos permitidos sobre aquisições de bens, insumos, custos e despesas utilizados na prestação de serviços de TI na apuração do Pis e Cofins não cumulativos. As apurações dessas contribuições acontecem à medida em que ocorrem os recebimentos sobre o faturamento, visto que a receita da Companhia advém de contratos com órgãos públicos. Com isso, mantém registrado os créditos ainda não utilizados em seu ativo.

11. ATIVOS DE CONTRATOS

Atendendo ao CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes, a Companhia registrou em seu ativo o montante de R\$1.155.512 referente aos custos com o serviço de desenvolvimento de software, onde o faturamento ocorre apenas no momento em que há transferência de serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os ativos de contrato reconhecidos, basicamente são constituídos pelo custo necessário para execução de um contrato, relativo à parcela que ainda não tenha sido faturada. O pronunciamento citado, em seu parágrafo 95 determina que:

Custos para cumprir contrato

95. Se os custos incorridos no desempenho do contrato com o cliente não estiverem dentro do alcance de outra norma a entidade deve reconhecer o ativo a partir dos custos incorridos para cumprir o contrato, somente se esses custos atenderem a todos os critérios a seguir:

- (a) os custos referem-se diretamente ao contrato;
- (b) os custos geram ou aumentam recursos da entidade que serão usados para satisfazer (ou para continuar a satisfazer) a obrigações de desempenho no futuro; e
- (c) espera-se que os custos sejam recuperados.

Dessa forma, reconhece-se como ativo os custos com mão de obra relativa à execução dos contratos de desenvolvimento, para os quais ainda não houve entrega definitiva aos clientes, que (a) estão diretamente ligados a um contrato, (b) são custos que compõem a precificação do contrato que irá gerar a obrigação de pagamento por parte do cliente futuramente, e (c) esses custos serão recuperados, na forma de recebimento de contrapartida por parte do cliente, quando faturado e recebido.

12. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Os créditos a longo prazo referem-se, em sua maior parte, aos saldos de depósitos recursais de ações trabalhistas, atualizados conforme índice da poupança, conforme abaixo:

	2018	2017
Depósitos Judiciais/Bloqueios	6.131.085	541.786
Projeto Imóvel IEPHA	36.500	-
Total	6.167.585	541.786

No exercício de 2018, a Companhia efetuou depósitos recursais decorrente de vários processos trabalhistas, sendo que o mais relevante, no valor de R\$4.748.409, refere-se à ação de reivindicação de pagamento de hora ficta, movida pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de

Informática e Similares do Estado de Minas Gerais - Sindados, representando alguns empregados da Prodemge. Além disso, há o reconhecimento das atualizações de todos os depósitos recursais.

Além disso, a Prodemge assinou Termo de Cessão Oneroso de imóvel do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, com autorização para realizar obras no local, sendo que os valores dispendidos serão convertidos em meses dos futuros aluguéis, até o reembolso total do valor investido pela Companhia no imóvel. Até a data de 31 de dezembro de 2018, foi registrado o valor de R\$36.500, referente ao projeto da reforma do imóvel.

13. INVESTIMENTOS

Em 2018, o Estado de Minas Gerais aumentou a sua participação na Companhia em R\$312.410, integralizando esse aumento com ações da Minas Gerais Participações S.A – MGS, que corresponde a 1% (um por cento) do capital da empresa participada.

	2018	2017
Participação societária	312.410	-
Obra de arte	900	900
Total	313.310	900

14. IMOBILIZADO

			2018	2017	
	Custo corrigido e reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Terrenos	10.400.000		10.400.000	10.400.000	-
Edificações	19.534.853	(15.465.481)	4.069.372	5.568.883	4%
Equipamentos Processamento de Dados	83.510.910	(64.405.177)	19.105.733	20.583.703	20%
Móveis, Utensílios e Ferramentas	1.632.982	(931.942)	701.040	538.665	10%
Rede de Comunicação Via Satélite	2.266.122	(688.855)	1.577.267	5.316	7%
Veículos	267.198	(136.334)	130.864	173.715	20%
Total	117.612.065	(81.627.789)	35.984.276	37.270.282	-

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens.

Movimentação do ativo imobilizado em 2018:

2017	Aquisições	Depreciação/Baixa	2018
37.270.282	7.646.557	(8.932.563)	35.984.276

A Companhia considerou o método “valor em uso” como sendo o melhor método para avaliar os Ativos Imobilizados. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. O teste do Impairment não trouxe impactos para a Companhia, não sendo necessários quaisquer ajustes.

O imobilizado foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável conforme o disposto nos pronunciamentos técnicos CPC 01(R1), CPC 04(R1) e CPC 27.

Permanece no patrimônio líquido o montante referente à reserva de reavaliação de R\$10.321.837, ainda não realizado, referente a Terrenos e Edificações.

A Companhia optou por manter a reserva de reavaliação existente até a sua efetiva realização, ao amparo do art. 6º da Lei 11.638/07.

15. INTANGÍVEL

			2018	2017
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de Uso de Sistemas	53.751.038	(50.755.796)	2.995.242	4.758.752

Os ativos intangíveis, tais como licenças de uso e direito de uso de software, são registrados ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis limitada ao prazo de 10 anos.

Movimentação do ativo intangível em 2018:

2017	Aquisições	Amortização/Baixa	2018
4.758.752	364.559	(2.128.070)	2.995.242

O intangível foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável, conforme o disposto nos pronunciamentos técnicos CPC 01(R1), CPC 04(R1) e CPC 27. Não existiu a necessidade de ajustes em atendimento e observação destas normas para os itens que compõem a unidade geradora de caixa.

16. FORNECEDORES

Mesmo diante da dificuldade no recebimento dos créditos, relativo à limitação dos recursos financeiros do Estado, nosso principal cliente, a Companhia procurou honrar com os compromissos firmados junto aos fornecedores, assegurando os pagamentos no patamar de 88% dos valores contratados, sendo que, em dezembro de 2018, utilizou-se de seus recursos próprios (aplicações financeiras) para manter este nível.

	2018	2017
A vencer	7.004.958	7.308.336
Até 30 dias	5.868.630	9.877.577
De 31 até 60 dias	3.767.024	1.564.917
De 61 até 90 dias	2.380.492	773.817
Acima de 91 dias	13.576.575	2.588.288
Saldo Contas a Pagar	32.597.679	22.112.934
Provisão Fornecedores	5.827.773	10.308.998
Total	38.425.452	32.421.933

Para os vencimentos acima de 91 dias, cerca de 60% do valor refere-se a débitos em aberto sobre o condomínio contratado do espaço na Cidade Administrativa à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

Provisão de Fornecedores refere-se a provisões de serviços prestados nas devidas competências, as quais as notas fiscais ainda não chegaram à Companhia.

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2018	2017
Pis	2.630.803	1.899.881
Inss	2.619.225	6.393.933
Cofins	12.135.274	8.757.699
Salários e Honorários a pagar	72.940	5.197.571
Fgts	1.052.043	1.010.458
Plano Previdencial Libertas	3.902.023	2.700.599
Contribuições retidas na fonte	620.901	431.296
Benefício Pós Emprego	7.626	10.389.270
Total	23.040.835	36.780.707

A Companhia possui os regimes de incidências cumulativos e não cumulativos para apuração do Pis e da Cofins. Os créditos de Pis/Cofins registrados no grupo Imposto a recuperar (vide nota explicativa 10) são compensados com as contribuições não cumulativas (regime de caixa) na proporção dos recebimentos de órgãos públicos.

A rubrica do INSS é composta pelo montante apurado pelo sistema de contribuição sobre a receita bruta (desoneração da folha de pagamento) acrescido do INSS incidente sobre salários.

O Plano Previdencial Libertas refere-se a parcelas de contribuições normais para custeio dos planos de benefícios de aposentadoria, modalidade CD e BD. Na data do balanço, o exigível da Companhia perante a Fundação totaliza R\$3.902.023 em 2018 e R\$2.700.599 em 2017. No ano de 2018, diante das dificuldades financeiras, a Companhia viu-se obrigada a parcelar 03 contribuições do plano Prodemgeprev em atraso (parte patrocinadora), referente aos meses de agosto, setembro e outubro/2018, sendo pactuado o termo de Confissão e Parcelamento de Dívida com a Fundação Libertas, no montante de R\$1.599.978, a ser liquidado em 09 parcelas mensais de R\$184.802, atualizados a juros de 6% ao ano e mensalmente pela variação do INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, tendo o primeiro vencimento em março de 2019.

Em 2018, a Companhia, juntamente com a Fundação Libertas firmou “Termo de Equacionamento de Déficit de Participantes, Assistidos e Patrocinador do Plano Prodemge Saldado” (vide nota explicativa 23), ocasionando a reclassificação e readequação dos valores registrados na Conta Benefício Pós Emprego (Passivo Circulante e Passivo Não Circulante) e do Ajuste avaliação atuarial (PL). Os ajustes foram decorrentes da dedução do valor das obrigações das contribuições extraordinárias futuras referentes aos participantes ativos e assistidos.

18. REFIS – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Em 28 de abril de 2000, visando ao parcelamento de impostos e contribuições federais vencidos até 29 de fevereiro do mesmo ano, a Companhia manifestou sua opção, aderindo ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, nos termos estabelecidos pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, e legislação complementar.

À época, para efeito de compensação da dívida a ser refinanciada, a Companhia utilizou prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social geradas em exercícios anteriores nos valores de R\$36.487.920 e R\$32.105.883, respectivamente, para amortizar parcela substancial dos valores das multas e dos juros incluídos no parcelamento, observado o limite de 15% dos prejuízos fiscais e de 8% das bases negativas de contribuição. Além disso, utilizou para compensação o valor de R\$257.685, referente a saldo negativo dos anos de 1994 a 1997.

O saldo devedor do REFIS atualizado devidamente pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vem sendo quitado em parcelas mensais equivalentes a 1,5% da receita bruta em um prazo que se estima findar em 2026.

Para o cálculo do valor presente do débito junto ao REFIS, foram adotadas as seguintes premissas:

- Calculado o valor médio dos pagamentos efetuados de janeiro de 2001 a dezembro de 2018;
- O montante do débito em 31 de dezembro de 2018, devidamente atualizado pela TJLP, foi dividido pelo valor médio dos pagamentos, encontrando-se o valor constante de cada parcela e o prazo para suas liquidações;
- O valor presente do débito foi obtido descontando-se o fluxo de pagamentos à taxa de 0,5817% a.m., correspondente à TJLP do 4º trimestre de 2018.

Em garantia do parcelamento pleiteado junto ao REFIS, foi oferecido o imóvel pertencente à Companhia, localizado à Rua da Bahia, 2.277, em Belo Horizonte, MG.

No exercício de 2018, a Receita Federal do Brasil comunicou à Companhia a não homologação do valor R\$257.685, registrado em Outras Compensações, fato que ocasionou o ajuste no saldo do REFIS.

Em consequência dessa não homologação, procedeu-se ao ajuste decorrente do reflexo dos encargos financeiros reconhecidos no período, relativos ao valor original consolidado, como detalhado a seguir:

	2018
Crédito não homologado	257.685
Reflexo encargos financeiros - Ajuste exercício anterior	684.992
Reflexo encargos financeiros - Reflexo 2018	22.803
Total Ajuste Tributos Consolidados	965.480

Parte do montante (R\$942.677) foi reconhecido como Ajuste de Exercícios Anteriores (nota explicativa 25.e) finalizando o exercício com a seguinte composição:

	2018	2017
DÉBITO CONSOLIDADO	37.758.119	37.758.119
Compensação de Prejuízos Fiscais e de Base de Cálculo		
Negativa de CSLL	(8.041.659)	(8.041.659)
Outras Compensações	-	(257.685)
Ajuste Débito Consolidado	824.382	824.382
Dívida Líquida Consolidada	30.540.842	30.283.157
Pagamento de Parcelas	(43.499.714)	(39.055.051)
Atualização Monetária	30.855.229	29.603.779
Saldo devedor REFIS	17.896.357	20.831.885
Ajuste a valor presente (longo prazo)	(1.812.270)	(3.350.670)
Ajuste a valor presente (curto prazo)	(87.826)	(83.113)
Saldo devedor REFIS a valor presente	15.996.261	17.398.102
Menos: Passivo Circulante	(2.386.181)	(2.252.096)
Não Circulante	13.610.080	15.146.008

19. APOSENTADORIA E FUNDO DE PENSÃO PASSIVO ATUARIAL

19.1. CONTRATO DE DÍVIDA

A Companhia é patrocinadora de Planos de Benefícios administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social e tem por finalidade principal a complementação dos benefícios previdenciários concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

A Prodemge adotou uma Estratégia Previdencial, de 2012 a 2014, desenhada pela Fundação Libertas e pela empresa de Avaliação Atuarial Gama Consultores, com participação da Companhia, e aprovada pela Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças do Estado de Minas Gerais, visto que o Plano Prodemge RP5-II, modalidade benefício definido, apresentava déficit.

Histórico

Diante do déficit do Plano Prodemge RP5-II, a estratégia adotada pela Companhia contemplou as seguintes ações:

- Criação do Plano ProdemgePrev, na modalidade de contribuição definida, em 01 de dezembro de 2012, estando em manutenção normal desde essa data.
- Incorporação do RP5 pelo RP5-II e posterior fechamento do Plano Prodemge RP5-II para novas adesões, ocorrido em dezembro de 2013.
- Cisão do Plano Prodemge RP5-II para criação do Plano Saldado, modalidade contribuição definida, fechado ao ingresso de novos participantes com o início da eficácia a partir da data efetiva de transação ocorrida em 31 de outubro de 2014.
- Migração de participantes do Plano Prodemge RP5-II para o ProdemgePrev e/ou Plano Saldado ocorrido nos meses de setembro e outubro de 2014 com data efetiva de transação em 31 de outubro de 2014.

Em 31 de outubro de 2014 na data efetiva da transação ocorreram os cálculos para equacionamento do Plano Prodemge RP5-II que se basearam na Proporção Contributiva entre a Patrocinadora (Prodemge) e

Participantes/Assistidos, em função das Contribuições Normais Vertidas, atendendo ao Art. 29 da Resolução CGPC 26/08, alterada pelo CNPC 10/2012, apurando-se um déficit atuarial e que coube à Companhia o montante de R\$48.846.497.

A partir da implantação da estratégia previdencial, em 2014, gerou-se os contratos de Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida, relativa à migração de participantes e assistidos do plano Prodemge RP5-II para os Planos ProdemgePrev e o Saldado pactuados a juros de 6% ao ano e atualizados mensalmente pela variação do INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e divididos em parcelas mensais e consecutivas, sendo 77 parcelas para o Plano ProdemgePrev e 30 parcelas para o Plano Saldado.

No ano de 2017, a Prodemge e a Fundação Libertas repactuaram o prazo do contrato do Plano ProdemgePrev, referente à dívida da migração, onde passou a vigorar o novo prazo de 96 parcelas, a contar a partir de abril de 2017. Com isso, para o ano de 2017, o saldo devedor apresentou o valor de R\$27.506.438, restando 88 parcelas. O contrato Saldado foi totalmente quitado no exercício de 2017.

No exercício de 2018, devido à dificuldade financeira que a Companhia vem passando, 03 (três) parcelas não foram quitadas no momento devido e novamente ocorreu a renegociação dos débitos do plano ProdemgePrev, onde esses débitos foram adicionados ao saldo devedor.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor registrado foi de R\$26.125.269, restando 76 parcelas a vencer.

	2018	2017
Circulante		
Contrato ProdemgePrev - CD	4.932.245	4.920.944
Não Circulante		
Contrato ProdemgePrev - CD	21.193.023	22.585.494
Total	26.125.268	27.506.438

19.2. PASSIVO ATUARIAL

Em decorrência do patrocínio dos benefícios previdenciários, a Companhia assumiu em 27 de março de 1998, um débito a título de financiamento proveniente do passivo atuarial, existente na data de criação do Plano Prodemge RP5, para pagamento no prazo de 240 meses, contados a partir de maio de 1998.

Com a implantação da estratégia previdencial, em 2014, o saldo do contrato do Passivo Atuarial foi migrado para os contratos RP5-II, Saldado e ProdemgePrev.

No ano de 2017, a Prodemge e a Fundação Libertas repactuaram o prazo do contrato do Plano ProdemgePrev, referente ao Passivo Atuarial, onde passou a vigorar o novo prazo de 26 parcelas, a contar a partir de abril de 2017. Com isso, em 31 de dezembro de 2017 restaram 18 parcelas para o contrato ProdemgePrev. Já para os contratos RP-II – BD e o Saldado – BD restaram 05 parcelas, onde somados ao contrato ProdemgePrev, apresentaram o montante de R\$4.219.555.

Durante o exercício de 2018, também devido às dificuldades financeiras, ocorreram atrasos nos pagamentos do contrato de financiamento do Passivo Atuarial - ProdemgePrev, o que levou a empresa a negociar junto à Fundação Libertas 03 (três) parcelas em atraso do plano ProdemgePrev, sendo esses débitos adicionados

ao saldo devedor, tendo suas parcelas liquidadas a partir de dezembro de 2018. Os contratos RP5-II – BD e Saldado foram encerrados no exercício de 2018.

	2018	2017
Circulante		
Contrato RP5-II - BD	-	36.774
Contrato ProdemgePrev - CD	1.715.408	2.471.680
Contrato Saldado - BD	-	724.215
Saldo devedor Circulante	1.715.408	3.232.669
Não Circulante		
Contrato ProdemgePrev - CD	-	986.886
Saldo devedor Não Circulante	-	986.886
Total	1.715.408	4.219.555

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para os bens do imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, como segue:

	Vr. Segurado
Edifícios	5.568.883
Equipamentos Processamento de Dados	20.589.019
Móveis, Utensílios e Ferramentas	538.665
Estoque	1.647.475
Bens de Terceiros	16.147.512
Certificação Digital	1.000.000
Veículos	Vr. de mercado

Também mantém segurados os bens patrimoniais da Administração Direta/Indireta do Estado de Minas Gerais, cedidos para guarda e custódia da Prodemge, advindos de um Termo de Cessão com a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e de contrato de locação do imóvel do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEFHA:

Imóvel	Item	Vr. Segurado
Cedidos (Termo de Cessão)	Edifícios	61.302.846
	Equipamentos Processamento de Dados, Móveis, Utensílios, Ferramentas e Maquinários	32.904.983
	Estoque	2.407.999
	Locado (IEPHA)	Edifícios
	Móveis e Utensílios	30.384

21. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA

A constituição do Imposto de renda diferido e da contribuição social diferida refere-se à aplicação do percentual de 25% para o IR e 9% para a Contribuição Social sobre o lucro do negócio Receita a Faturar

(vide nota explicativa 06), sobre a Reserva de Reavaliação sobre Edificações (vide nota explicativa 14) e sobre o Passivo Líquido apurado na Avaliação Atuarial (nota explicativa 23).

	2018	2017
IRPJ/CSLL Diferidos s/ Serviços a Faturar	3.358.875	17.707.375
IRPJ/CSLL Diferido s/Reserva de Reavaliação	174.404	188.001
IRPJ/CSLL Diferido s/Avaliação Atuarial	1.758.878	-
Total	5.292.157	17.895.376

No exercício de 2018, a Companhia iniciou análises sobre um ponto merecedor de destaque na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

A Companhia realizava o procedimento de diferimento sobre o negócio Receita a Faturar de forma indevida. Desde o exercício de 2009, passou a diferir o IRPJ e a CSLL sobre a Receita dos Serviços a Faturar. O Decreto-Lei nº 1.598/77 no seu art. 10, incorporado ao Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9.580/2018) em seu art.480 é a base legal que suporta tal procedimento, onde faculta o contribuinte diferir a tributação sobre o lucro até a sua realização, ou seja, a Prodemge poderia excluir da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social a parcela do lucro sobre os serviços a faturar. Todavia a Companhia adotava o procedimento do diferimento da Receita a Faturar total, não deduzindo os custos, o que difere do exposto na Legislação vigente.

No ano de 2018, foi revisto o procedimento para atender a legislação e realizado levantamento dos ajustes necessários, onde se registrou os montantes para a regularização dos saldos contábeis e fiscais dos impostos IRPJ/CSLL diferidos, e do IRPJ e CSLL anuais, tendo como base de cálculo o lucro da atividade “Serviços a Faturar”.

Esses montantes levaram a retificações da apuração do Lucro Real e da Base de Cálculo da Contribuição Social, competências 2009 a 2017, incorrendo em registros como Ajustes de Exercícios Anteriores.

Abaixo, segue detalhamento dos montantes que afetaram o saldo das contas IRPJ/CSLL diferidos no exercício de 2018:

IRPJ/CSLL diferidos sobre serviços a faturar - 31/12/2017	17.707.375
Resultado	(2.268.080)
Passivo (imposto a recolher)	(931.683)
Prejuízo acumulado (ajuste exercício anterior)	(11.148.737)
Saldo final em 31/12/2018	3.358.875

22. OBRIGAÇÕES SOCIAIS – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

A Companhia possui um passivo contingente de PASEP, registrado em seu Passivo Não Circulante, abrangendo o período de junho de 1999 a dezembro de 2002, cujo valor atualizado para dezembro de 2018 soma o montante de R\$4.914.366.

23. BENEFÍCIO POS EMPREGO

Em atendimento a deliberação CVM nº 695/2012 (Pronunciamento Técnico NBC TG 33(R2)), onde ganhos ou perdas atuariais devem ser registrados no próprio exercício, há o reconhecimento no Passivo Não

Circulante do montante de R\$5.173.171 em 2018 e R\$3.847.038 referente a 2017, em contrapartida em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido, conforme esclarecimentos abaixo.

AVALIAÇÃO ATUARIAL

A Prodemge é uma das patrocinadoras da Fundação Libertas de Seguridade Social, que é uma entidade de previdência complementar fechada multipatrocinada, sem fins lucrativos, fundada em julho de 1992, de acordo com a legislação em vigor.

A Companhia apresenta um quadro funcional com a presença de analistas, técnicos, assistentes de tecnologia, assessores e assistentes organizacionais, entre gerentes, superintendentes, supervisores e demais especialistas. Oferece aos atuais e aos ex-empregados planos previdenciários, administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social.

Os planos de benefícios patrocinados pela Prodemge são:

- Plano de Benefícios RP5II - estruturado na modalidade de benefício definido e fechado para novas adesões desde 19 de dezembro de 2013.
- Plano de Benefícios Prodemge Saldado – estruturado na modalidade de benefício definido, com início operacional em 01 de novembro de 2014 e fechado a novas adesões desde seu início.
- Plano ProdemgePrev – estruturado na modalidade de contribuição definida, tendo seu início em outubro de 2012.

Conforme definido pela CVM nº 695, nos planos de benefícios pós-emprego classificados como contribuição definida a entidade empregadora realiza contribuições pré-estabelecidas a uma outra entidade, não tendo obrigação legal ou construtiva de complementar qualquer insuficiência de ativos para pagamento dos benefícios. Assim, os riscos atuariais e de investimento recaem apenas para os empregados.

Nos planos de benefício definido é obrigação da empregadora fornecer os benefícios prometidos aos atuais e ex-empregados. Com isso, o risco atuarial e de investimento recaem sobre a patrocinadora, aumentando ou reduzindo a sua obrigação.

O pagamento dos benefícios concedidos depende também da capacidade e do interesse da entidade de suprir qualquer insuficiência nos ativos do fundo. Consequentemente, a despesa reconhecida do plano de benefício definido não será somente o montante da contribuição devida no período, mas também o resultado entre as obrigações esperadas e ocorridas, conforme aplicação de premissas atuariais.

A contabilização das obrigações com benefícios pós emprego da Prodemge é realizada somente para os benefícios estruturados na modalidade de benefício definido, ou seja, benefícios concedidos e a conceder de participantes dos Planos RP5II e Saldado.

A seguir, as estatísticas dos empregados e ex-empregados da Patrocinadora Prodemge, cadastrados nos Planos RP5II e Saldado:

		2018			2017		
		RP5-II	Saldado	Total	RP5-II	Saldado	Total
Ativos	Quantidade	3	4	7	3	4	7
	Média Idades	45	55	50	44	54	49
Mantidos	Quantidade	3	5	8	3	5	8
	Média Idades	47	52	50	45	51	49
Aposentados	Quantidade	9	147	156	10	148	158
	Média Idades	65	67	66	67	66	66
	Suplementação Média	2.838,80	4.524,69	3.681,75	2.572,32	4.506,87	4.384,43
Pensionistas	Quantidade	4	16	20	7	15	22
	Média Idades	60	67	64	58	66	63
	Suplementação Média	2.228,55	2.229,59	2.229,07	1.678,14	2.044,34	1.927,83

Fonte: Base de Dados Libertas, base out/2018

De acordo com as normas aplicáveis, as hipóteses atuariais adotadas estão em consonância com as hipóteses utilizadas pela Fundação Libertas.

		Plano RP5II	Plano Saldado
Hipóteses demográficas	Evento Morte Válidos	GIM - 94 M&F (D20%)	GIM - 94 M&F (D20%)
	Mortalidade de Inválidos	AT-49 M	AT-49 M
	Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
	Rotatividade	Nula	Nula
	Aposentadoria	1ª Elegibilidade	1ª Elegibilidade
	Composição familiar	Família Real	Família Real
Hipóteses Econômicas	Taxa Real de Juros	4,9099%	4,7600%
	Crescimento Real Salarial	1,28%	Não Aplicável
	Índice de Inflação	3,74%	3,74%
	Fator Capacidade	98,09%	98,09%
	(Salários e Benefícios)		

A taxa nominal de juros aplicada de 8,83% para o plano RP5II e de 8,68% para o plano Saldado resulta da composição:

- Da taxa real de juros de 4,91%, para o Plano RP5II e de 4,76% para o Plano Saldado e, correspondente a NTN-B com vencimento mais próximo à *duration* de 171 meses para o Plano RP5II e de 129 meses para o Plano Saldado, encontrada nas Demonstrações Atuariais de 31/12/2017 transmitidas à PREVIC;
- E da taxa de inflação esperada no curto prazo de 3,74%, baseada em histórico da variação do IPCA e projeção divulgada no Relatório FOCUS do Banco Central, publicado em 14 de dezembro de 2018.

Conforme determinação da CVM nº 695/2012, o método atuarial a ser utilizado para determinar o déficit ou superávit de planos de benefício definido é o Crédito Unitário Projetado.

O custo é avaliado em períodos passados e corrente, para que seja identificado o quanto de direito o empregado adquiriu com serviço já prestado e o quanto desse direito deverá ser acrescentado referente ao serviço prestado no ano corrente.

Para a reconciliação é necessário conhecer o valor da obrigação do benefício definido registrado no final do ano anterior. A esse valor, é acrescentado o custo do serviço corrente, calculado atuarialmente pelo método Crédito Unitário Projetado. Considera-se também, o valor do custo dos juros e fluxos de caixa da empresa como pagamento de benefícios e contribuição de participantes. Incluem-se, ainda, os efeitos com alterações de premissas que caracterizará o ganho ou perda atuarial no período.

Todas essas contas resultarão no valor da obrigação de benefício definido no final do ano em estudo. A seguir, os resultados apurados a partir da base de dados e premissas admitidas:

	2018	2017
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	118.853.659	95.870.742
2. Custo do serviço corrente	32.327	24.429
3. Custo dos juros	11.419.196	10.417.879
4. Fluxos de caixa		
a. Benefício pago pelo plano	(7.951.972)	(7.818.624)
b. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
c. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
d. Contribuição de participante	-	-
e. Despesa administrativa incluída na obrigação	-	-
f. Imposto incluído na obrigação	-	-
g. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
5. Outros eventos significativos		
a. Aumento (redução) decorrente de fusão/ alienação/transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
6. Redimensionamento da obrigação		
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	-	-
b. Efeito da alteração de premissas financeiras	(47.136.897)	20.187.042
c. Efeito da experiência do plano	42.382.832	172.191
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	117.599.145	118.853.659

O custo do serviço corrente em 31/12/2018, mostrou-se superior ao registrado em 31/12/2017. Um forte influenciador deste custo é a mudança da taxa de juros utilizada para os cálculos dos compromissos futuros.

Em dezembro de 2018, a Companhia, juntamente com a Fundação Libertas firmou “Termo de Equacionamento de Déficit de Participantes, Assistidos e Patrocinador do Plano Prodemge Saldado”, no montante de R\$12.467.592, onde o déficit registrado no plano em 31/12/2017 será equacionado em 16 anos, com atualização por cálculos atuariais. A responsabilidade pelo equacionamento deste déficit apresenta a seguinte proporção de responsabilidade:

Descrição	Proporção	Valor
Patrocinadora	48,89%	6.095.854
Participantes	0,12%	15.264
Assistidos	50,98%	6.356.475
Total	100,00%	12.467.593

No cálculo apresentado, foi deduzido do valor das obrigações as contribuições extraordinárias futuras referentes aos participantes ativos e assistidos.

	2018	2017
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	113.450.644	118.838.110
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	10.900.086	12.913.648
3. Fluxos de caixa		
a. Desembolso total da empresa		
i. Contribuição paga pela empresa	14.537	10.454
ii. Contribuição relativa a benefícios pagos pela empresa	-	-
b. Contribuição de participante	14.529	10.460
c. Benefício pago pelo plano	(7.951.972)	(7.818.624)
d. Benefício pago diretamente pela empresa	-	-
e. Pagamento decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
f. Despesa administrativa paga pelo ativo do plano	-	-
g. Imposto pago pelo ativo do plano	-	-
h. Prêmio de seguro para benefício de risco	-	-
4. Outros eventos significativos		
a. Aumento/(redução) decorrente de fusão/alienação/transferência	-	-
b. Aumento / (redução) decorrente de fusão de plano	-	-
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano		
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	(4.478.392)	(10.503.404)
6. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
7. Valor justo do ativo do plano no final do ano	111.949.432	113.450.644

O valor registrado em "Contribuição paga pela empresa" foi informado pela Fundação Libertas, em balancete do mês de outubro/2018, sendo o valor atualizado pelo INPC para o mês de dezembro/2018.

A conta de "Benefício pago pelo plano" repete a informação da reconciliação da obrigação de benefício definido.

O redimensionamento do valor justo do ativo do plano registra a diferença entre a receita de juros sobre ativos do plano e o retorno sobre ativos do plano. A Deliberação CVM nº 695/2012 determina que o retorno sobre os ativos do plano consiste em juros, dividendos e outras receitas derivadas dos ativos do plano, incluindo ganhos ou perdas sobre os ativos, excluindo custos com administração e impostos.

	2018	2017
1. Obrigação de benefício definido	117.599.145	118.853.659
2. Valor justo do ativo do plano	(111.949.432)	(113.450.644)
3. Situação financeira do plano	5.649.713	5.403.015
4. Reconhecimento de passivo oneroso - Déficit Técnico Contratado	(476.542)	(1.555.977)
5. Passivo / (Ativo) líquido	5.173.171	3.847.037

Seguindo a Deliberação CVM nº 695/2012, o valor líquido de passivo (ativo) representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido, sendo calculado pela subtração do valor presente da obrigação pelo valor justo dos ativos.

A seguir, demonstramos os componentes da despesa/receita para apuração do montante a ser reconhecido no exercício de 2019:

	2018	2017
Componentes da despesa / (receita) de benefício definido		
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	32.327	24.429
b. Amortização custo do serviço passado	122.493	218.495
c. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
Custo total do serviço	154.820	242.924
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	11.419.196	10.417.879
b. Juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(10.900.086)	(12.913.648)
c. Juros / (rendimento) sobre o direito reembolsável	-	-
d. Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) / passivo oneroso	-	-
e. Custo líquido total dos juros	519.110	(2.495.769)
3. Redimensionamento de outro benefício de longo prazo	-	-
4. Despesa administrativa e imposto	-	-
5. Despesa (receita) a ser reconhecida	673.930	(2.252.845)

24. PROVISÃO PROCESSOS TRABALHISTAS E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia figura como parte em processos judiciais de natureza trabalhista e justiça comum, decorrentes do curso normal de suas atividades, no total de 75 processos, classificados como possíveis e prováveis, dos quais 60 referem-se a processos trabalhistas e 15 processos na vara da Fazenda Pública.

Em decorrência das provisões realizadas pela Companhia, no ano de 2018 houve o reconhecimento de R\$1.644.709, sendo que no exercício de 2017 o montante foi de R\$1.808.320.

Para o exercício de 2018, as provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, para processos judiciais que foram avaliados como perda provável, no montante de R\$9.899.899. Dentro deste montante, está incluído o depósito para garantia do juízo no valor de R\$4.748.409, referente à ação de reivindicação de pagamento de hora ficta, movida pelo SINDADOS, representando alguns empregados da Companhia.

Na Justiça do Trabalho, as ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta estão em sua maioria relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, insalubridade, horas extras, hora ficta, PLR, 40% do FGTS, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função, dentre outras.

A Companhia figura também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, em 14 processos (19% do total dos processos), representando 9% do valor total a provisionado. Caso o pleito seja

precedente, a Prodemge será compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Dessa forma, para os casos considerados perda provável, a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações subsidiárias.

Na Justiça Comum, sendo a Companhia uma sociedade de economia mista, as ações movidas correm nas Varas da Fazenda Pública Estadual. São relacionadas às ações de sustação de protesto, danos morais, concurso público e cobrança.

A classificação das provisões de processos pela assessoria jurídica está assim representada:

Justiça Trabalho	8.899.899
Justiça Comum	1.000.000
Total provisão processos	9.899.899

Possui também, como Passivo Contingente o montante de R\$1.364.547 avaliados como perda possível pela Assessoria Jurídica da Companhia, classificados entre a Justiça do Trabalho e Justiça Comum.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social está representado por 97.540.247 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

Aprovado aumento de capital, em 28 de junho de 2018, através da AGE 54, com aumento da participação do acionista Estado de Minas Gerais, conforme demonstrado:

- Aumento no valor de R\$312.409, por meio de 1% de participação acionária na Empresa Minas Gerais Participações S.A – MGS.
- Aumento no valor de R\$20.000.000, por meio de aporte de capital.

b) Reserva de capital

No aumento deliberado na Ata da 54ª AGE constou como valor das ações da MGS o montante de R\$312.409,83, o que levou à deliberação, na 55ª AGE, da constituição da Reserva de Capital na importância de R\$0,83.

c) Outros Resultados Abrangentes - Ajuste de Avaliação Atuarial

Para o reconhecimento de ganhos/perdas, adotou-se o procedimento padrão constante do Pronunciamento Técnico NBC TG 33 (R2) onde, para o exercício de 2018, de acordo com os cálculos realizados pela consultoria atuarial contratada pela Companhia, ocorreu o reconhecimento de R\$5.038.765 como Ajuste de Avaliação Atuarial - Outros Resultados Abrangentes, levando ao saldo em 31 de dezembro de 2018 de R\$1.191.727, visto que até 31 de dezembro de 2017 já havia sido reconhecido o valor negativo de R\$3.847.038.

d) Reserva de reavaliação

A reserva decorre da reavaliação dos bens do imobilizado, efetuada pela Companhia em 1989, 2001 e 2007, (vide nota explicativa 14). É transferida para prejuízos acumulados na proporção em que os bens objeto da reavaliação são realizados por depreciação, venda ou baixa.

Em dezembro de 2018 foi realizado o valor de R\$26.394 referente à realização da Reserva de Reavaliação de Edificações.

e) Prejuízos acumulados

O Prejuízo Acumulado foi afetado pelos ajustes relacionados a exercícios anteriores, decorrentes do recálculo do Refis, (vide nota explicativa 18), onde a Companhia registrou impacto negativo no patrimônio líquido no montante de R\$942.677.

Também sofreu impacto positivo decorrente do recálculo do IRPJ/CSLL diferidos (nota explicativa 21).

Através da nova apuração dos tributos IRPJ/CSLL diferidos, do período de 2009 a 2017, apurou-se que algumas estimativas apresentavam à época valores recolhidos a maior, o que levou à constituição de crédito no montante de R\$1.610.139, utilizado na compensação de tributos da Companhia.

Abaixo detalhamento dos impactos no Prejuízo acumulado de 2017 e evolução no ano de 2018:

Prejuízo Acumulado 2017	(21.499.956)
Ajustes de Exercícios Anteriores	
- Ajuste REFIS	(942.677)
- Ajuste IRPJ/CSLL diferidos	11.148.737
- Crédito IRPJ/CSLL	1.610.139
Prejuízo Ajustado 2017	(9.683.757)
Eventos exercício 2018	
- Ativo de Contrato	1.915.517
- Reserva Reavaliação	39.992
- Prejuízo Exercício	(2.090.520)
Total Prejuízo Acumulado 2018	(9.818.768)

26. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A receita de prestação de serviços de tecnologia da informação é reconhecida no resultado tendo como base o regime de competência, que ocorre mensalmente, conforme definido no contrato de prestação de serviço.

27. CUSTOS OPERACIONAIS

	2018	2017
Pessoal	116.970.814	111.321.813
Treinamento	82.882	42.026
Material	5.244.272	6.926.127
Manutenção Equipamentos	14.837.853	15.065.200
Manutenção Bens Instalações	150.749	85.706
Aluguel Equipamentos	2.106.955	2.843.188
Serviços Terceiros	27.434.072	23.164.362
Licenciamento e Manutenção Software	19.890.660	20.860.078
Utilidades e Custos Gerais	4.285.096	4.153.325
Depreciação/Amortização	10.081.035	11.519.989
Total	201.084.388	195.981.815

O Governo do Estado de Minas Gerais, através da Lei 22.285, de 14/09/2016, extinguiu a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, incorporando a competência para edição e a gestão das publicações no Diário Oficial do Estado à Secretaria de Casa Civil e de Relações Institucionais – SECCRI. Diante da necessidade

de continuidade dos serviços de impressão do jornal Diário Oficial de Minas Gerais, dada a essencialidade de acesso às informações e interesse público e publicações de atos oficiais das esferas pública e privada, a Companhia firmou Termo de Cooperação Mútua com a SECCRI, devido ser, entre as entidades da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais, a que possuía as melhores condições para assumir a atividade de serviços gráficos do Diário Oficial de Minas Gerais.

O Termo de Cooperação Mútua possui cláusula de ausência de transferências ou repasses de recursos financeiros. A partir de janeiro de 2017, a Companhia vem executando a atividade de serviços gráficos, e respeitando a referida cláusula do Termo não houve registro de faturamento em 2018 para esse serviço.

No ano de 2018, em decorrência dessa atividade assumida pela Companhia, registrou-se o montante de R\$27.150.477, sendo que no ano de 2017 foi de R\$30.207.609 nos custos operacionais diretos para a execução dessa atividade.

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

O Grupo Despesas Administrativas e Gerais apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Pessoal	32.391.814	35.249.214
Treinamento	66.932	35.406
Material	336.164	310.009
Manutenção Equipamentos	39.936	47.581
Manutenção Bens/Instalação	94.027	165.215
Aluguel Equipamentos	58.541	15.701
Serviços de Terceiros	9.254.909	4.980.033
Licenciamento/Manutenção Software	12.203	40.818
Utilidades e Despesas Gerais	6.339.927	6.785.602
Depreciação/Amortização	345.355	336.959
	48.939.808	47.966.538

29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2018	2017
Receitas Financeiras		
. Receitas Aplicação Financeira	1.584.346	4.466.428
. Descontos Obtidos/Juros Recebidos	18.786	406.955
. Variação Monetária Ativa	828.039	58.449
	2.431.171	4.931.832
Despesas Financeiras		
. Multas	4.706.725	186.582
. Correção Monetária	1.139.327	677.967
. Juros	3.418.362	2.875.860
. Descontos Concedidos	612	44
	9.265.026	3.740.452

No grupo de despesas financeiras, no ano de 2017, o montante referente a correção monetária e juros está relacionado com a atualização dos contratos de dívida e passivo atuarial, firmados com a Fundação Libertas (vide notas explicativas 19 e 23) e com a dívida do Refis.

Para o exercício de 2018, devido à grande dificuldade de recebimento dos créditos junto aos clientes da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Minas Gerais, em decorrência da situação econômica do Estado, a Companhia foi compelida a atrasar pagamentos de tributos e impostos, gerando um reconhecimento elevado com suas atualizações e multas. Em dezembro de 2018, a Diretoria da Companhia optou em regularizar os impostos em atraso com recursos próprios, evitando que o encerramento anual finalizasse com dívidas tributárias.

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apresentou um resultado contábil negativo de R\$1.671.934. Após as considerações das adições e exclusões fiscais permitidas, apurou lucro real e base de contribuição social positiva, da seguinte forma:

	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	IMPOSTO DE RENDA
RESULTADO CONTÁBIL ANTES DO IR/CSLL	(1.671.934)	(1.671.934)
Adições	13.798.066	13.798.066
Exclusões	(9.512.670)	(9.512.670)
LUCRO REAL	2.613.462	2.613.462
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas	(784.039)	(784.039)
RESULTADO TRIBUTÁVEL	1.829.424	1.829.424
Incentivo PAT	-	(10.977)
Licença Maternidade	-	(168.441)
PROVISÃO IR/CSLL	164.648	253.938

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, o imposto de renda a 15% e o adicional de imposto de renda de 10%, sobre o lucro tributável, em atendimento às disposições fiscais em vigor.

Apresenta valores de créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa de contribuição social não contabilizados devido à inexistência de projeções de resultados positivos futuros, conforme abaixo:

Competência	Crédito de Prejuízo Fiscal de IRPJ	Crédito de Base Negativa de CSLL
2003	1.942.485	581.742
2004	760.459	266.802
2005	1.001.397	353.661
2013	47.131	7.213
2014	837.842	291.318
2015	431.704	151.884
2016	1.987.688	715.568
2017	1.447.540	521.114

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gabriel Albino Ponciano Nepomuceno – Presidente
Paulo de Moura Ramos
Blenda Rosa Pereira Couto
Jorge Alexandre Barbosa Neves
Fernando Viana Cabral
Sandro Masseli

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo de Moura Ramos – Diretor-Presidente
Pedro Ernesto Diniz – Diretor
Gilberto Rosário de Lacerda – Diretor
Gustavo Guimarães Garreto – Diretor
Gustavo Daniel Prado – Diretor

CONSELHO FISCAL

Evandro Xavier Gomes
Maria da Conceição Barros de Rezende Ladeira
José Francisco Vieira de Seniuk
Rosilene Cristina Rocha
Marcos Túlio de Melo

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Carlos Antônio Duarte
Luciana Barbosa Lopes
Beatriz Fazito Rezende

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS - Substituto

Bruno Amaral Machado Gonçalves

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Sheila Blom de Lacerda
Contadora – CRC MG – 076747/O-9